

NOTA PRÉVIA DA 4ª EDIÇÃO

As razões que determinaram a preparação de nova edição desta monografia são análogas às que explicam a publicação de versões atualizadas de obras de natureza semelhante, a saber, o aprofundamento e amadurecimento da reflexão dos seus autores sobre os temas versados, os novas perspectivas apresentadas em estudos mais recentes, convidando ao debate sobre os contributos aportados e, em último mas não menos importante lugar, o enriquecimento do acervo de decisões judiciais proferidas, no nosso país e no estrangeiro, sobre as matérias tratadas, algumas dela merecer realce ou comentário.

A essas razões de índole comum, que levaram a reescrever partes de secções desta monografia e a aditar-lhe outras, juntou-se a circunstância de, no ano passado, o autor ter publicado dois estudos em que refletiu, desenvolvidamente, sobre temas que abordara em edições anteriores da presente obra, justificando-se, por isso, a integração das reflexões ali expostas na versão atualizada desta. A conjugação de todos esses fatores resultou, naturalmente, em considerável ampliação do texto agora publicado.

Ao apresentar esta nova edição, espera o autor que a comunidade arbitral portuguesa e os demais leitores interessados nesta temática dediquem a esta nova edição da obra o acolhimento favorável que as anteriores edições tiveram.

Lisboa, fevereiro de 2023

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA DA 4ª EDIÇÃO	5
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	7
§ 1º A ação de anulação como meio normal de impugnação da sentença arbitral	7
§ 2º Irrenunciabilidade do direito de requerer a anulação da sentença	23
CAPÍTULO II – NATUREZA, OBJETO E FORMA DA AÇÃO DE ANULAÇÃO	31
§ 3º Natureza da ação de anulação de sentença arbitral	31
§ 4º Decisões que podem ser objeto desta ação	32
§ 5º Prazo para instaurar a ação	36
§ 6º Tramitação da ação	40
CAPÍTULO III – FUNDAMENTOS DE ANULAÇÃO	45
§ 7º História legislativa e princípios básicos	45
§ 8º Os fundamentos de anulação na LAV	49
a) Incapacidade de uma parte e invalidade da convenção de arbitragem	50
b) Violação de princípios fundamentais do processo arbitral	57
c) Ultrapassagem do âmbito da convenção de arbitragem	64
d) Grave irregularidade na composição de tribunal arbitral ou no processo arbitral	69

e) Violação do princípio do dispositivo	79
f) Falta de fundamentação ou de assinatura da sentença	86
g) Ultrapassagem do prazo máximo fixado pelas partes	103
h) Inarbitrabilidade do litígio [art. 46º, nº 3, b), i)]	108
i) Ofensa da ordem pública internacional	115
(a) Aceções da noção de ordem pública no direito da arbitragem	115
(b) Esboço de concretização da ordem pública	135
(c) Conteúdo da ‘ordem pública internacional’ referida no art. 46º, nº 3, b) ii)	144
j) Ofensa da ordem pública internacional em arbitragens internacionais	161
(a) A história do preceito	161
(b) O equívoco conceitual subjacente	164
(c) A incongruência e inutilidade desta disposição	167
§ 9º Intensidade do controlo do juiz sobre a sentença impugnada	178
a) Quanto aos fundamentos de anulação da sentença arbitral, em geral	187
b) Em relação à contrariedade à ordem pública	189
§ 10º Perda do direito de impugnar	201
CAPÍTULO IV – PARA LÁ DA ANULAÇÃO DA SENTENÇA 211	
§ 11º Anulação parcial da sentença impugnada	211
§ 12º Reenvio da sentença ao tribunal arbitral	212
§ 13º Efeito cassatório da anulação da sentença arbitral	220
§ 14º Manutenção da eficácia da convenção de arbitragem	223
ANEXO A – Lei da Arbitragem Voluntária (Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro)	225
ANEXO B – UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration	229
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	235
ÍNDICE GERAL	247